* [Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm): dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.
* [Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8429.htm): dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.
* [Lei nº 9.784, de 29 janeiro de 1999](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9784.htm): regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.
* [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12846.htm): dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.
* [Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5480.htm): dispõe sobre o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, e dá outras providências.
* [Decreto nº 10.153, de 03 de dezembro de 2019](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10153.htm): Dispõe sobre as salvaguardas de proteção à identidade dos denunciantes de ilícitos e de irregularidades praticados contra a administração pública federal direta e indireta e altera o [Decreto nº 9.492, de 5 de setembro de 2018](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Decreto/D9492.htm).
* [Decreto nº 11.123, de 7 de julho de 2022](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2022/Decreto/D11123.htm): Delega competência para a prática de atos administrativo-disciplinares.
* [Decreto nº 11.129, de 11 de julho de 2022](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2022/Decreto/D11129.htm): Regulamenta a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira.
* [Portaria CGU nº 1.043, de 24 de julho de 2007](https://repositorio.cgu.gov.br/handle/1/33656): estabelece a obrigatoriedade de uso do Sistema de Gestão de Processos Disciplinares - CGU-PAD para o gerenciamento das informações sobre processos disciplinares no âmbito do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal e dá outras providências.
* [Portaria CGU nº 1.196, de 23 de maio de 2017](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/20242064/do1-2017-05-29-portaria-n-1-196-de-23-de-maio-de-2017-20242005): regulamenta o uso do Sistema de Gestão de Procedimentos de Responsabilização de Entes Privados - CGU-PJ no âmbito do Poder Executivo Federal.
* [PORTARIA Nº 1.214, DE 8 DE JUNHO DE 2020](https://repositorio.cgu.gov.br/bitstream/1/45695/9/PORTARIA_1.214_2020.pdf): Regulamenta os requisitos e o procedimento de reabilitação de que tratam o inciso IV e o § 3º do art. 87 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no âmbito da Controladoria-Geral da União.
* [Portaria CGU/CRG nº 2.463, de 19 de outubro de 2020](https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.463-de-19-de-outubro-de-2020-283747205): estabelece a obrigatoriedade de uso do ePAD para o gerenciamento das informações correcionais no âmbito do Poder Executivo federal e dá outras providências.
* [PORTARIA NORMATIVA CGU Nº 19, DE 22 DE JULHO DE 2022](https://repositorio.cgu.gov.br/bitstream/1/68424/5/Portaria_Normativa_19_2022.pdf): Dispõe sobre o procedimento de julgamento antecipado dos processos administrativos de responsabilização de pessoas jurídicas.
* [Portaria Normativa CGU nº 27, de 11 de outubro de 2022](https://repositorio.cgu.gov.br/handle/1/68802): Dispõe sobre o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal de que trata o Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005, e sobre a atividade correcional nos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal.
* [PORTARIA NORMATIVA Nº 54, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2023](https://repositorio.cgu.gov.br/bitstream/1/69865/7/Portaria_Normativa%20_54_%202023.pdf): Altera a Instrução Normativa nº 13, de 8 de agosto de 2019, que define os procedimentos para apuração da responsabilidade administrativa de pessoas jurídicas de que trata a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013; a Portaria CGU nº 1.214, de 8 de junho de 2020, que regulamenta os requisitos e o procedimento de reabilitação de que tratam o inciso IV e o § 3º do art. 87 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993; a Portaria Normativa CGU nº 19, de 22 de julho de 2022, que trata do julgamento antecipado; a Portaria Normativa n° 27, de 11 de outubro de 2022, que dispõe sobre a atividade correcional, e confere competência ao Secretário de Integridade Privada praticar os atos relativos à negociação, celebração e acompanhamento dos acordos de leniência.
* [Portaria Normativa nº 123, de 22 de abril de 2024:](https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-normativa-n-123-de-22-de-abril-de-2024-555701692) Altera a Portaria Normativa CGU nº 27, de 11 de outubro de 2022, que dispõe sobre o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal.
* [Instrução Normativa CGU nº 13, de 8 de agosto de 2019](https://www.in.gov.br/web/dou/-/instrucao-normativa-n-13-de-8-de-agosto-de-2019-210039570): Define os procedimentos para apuração da responsabilidade administrativa de pessoas jurídicas de que trata a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, a serem observados pelos órgãos e entidades do Poder Executivo federal. Este normativo foi alterado pela [Instrução Normativa nº 15, de 10 de junho de 2020](https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-n-15-de-8-de-junho-de-2020-261039558), e teve seu art. 30 alterado pela [Instrução Normativa nº 2, de 23 de junho de 2021](https://www.in.gov.br/web/dou/-/instrucao-normativa-n-2-de-23-de-junho-de-2021-327681948)